



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- ATA N.º 20/2012 -----

-----Aos quatro dias do mês de outubro do ano de dois mil e doze, no edifício dos Paços do Município de Oliveira do Hospital, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a Presidência de José Carlos Alexandrino Mendes, encontrando-se presentes os seguintes Vereadores: **Mário Américo Franco Alves, José Carlos Nunes Mendes, José Francisco Tavares Rolo, Paulo Jorge Gonçalves Rocha, Telma da Conceição Correia Martinho e Maria da Graça Madeira de Brito da Silva.** -----

-----Secretariou a presente reunião, o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, João Manuel Nunes Mendes.-----

-----Depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, eram dez horas.-----

-----RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA-----

DOC. 1

-----Foi presente o Resumo Diário da Tesouraria respeitante ao dia 3 de outubro de 2012, cujo saldo disponível em receita orçamental é de **1.902.958,03 € (um milhão, novecentos e dois mil, novecentos e cinquenta e oito euros e três cêntimos)**, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

1 - INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

-----Não se encontrando presente nenhum munícipe não se registou qualquer intervenção.-----

2 - ANTES DA ORDEM DO DIA-----

2.1 – INTERVENÇÃO DO VEREADOR MÁRIO ALVES-----

-----2.1.1 – ÚLTIMA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

-----O vereador Mário Alves começou por se referir à última sessão da Assembleia Municipal salientando que “não tenho que me imiscuir naquilo que são os trabalhos da Assembleia Municipal, mas tenho o direito de, politicamente, me pronunciar sobre aquilo que são as suas deliberações e ou decisões”. Prosseguiu referindo que “tendo conhecimento de que um senhor deputado fez uma intervenção naquele órgão, relativamente ao meu voto contra à construção de um relvado sintético em Lagares da Beira, afirmando que a minha posição tinha a ver com o facto de eu não ter que ir lá fazer campanha nas próximas eleições autárquicas, gostaria de esclarecer que, se tivesse que a fazer, naturalmente, que continuaria a ter o mesmo comportamento e não teria qualquer problema em ir a Lagares da Beira fazer campanha”. Disse entender que “face à crise profunda que se vive no país, ao anúncio constante de medidas de austeridade, um município como o de Oliveira do Hospital dar-se ao luxo de dar prioridade à construção de um sintético, sobre tantas outras prioridades que existem no concelho, é um erro político crasso”. Realçou que “a política faz-se de reajustamentos”, sublinhando que “quando o Sr. Presidente da Câmara se candidatou à autarquia, a situação do país



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

era uma, hoje, a situação é outra. Como já referi na última reunião da Câmara Municipal “a política é a ciência ou a arte de governar e a arte de governar significa prever, antecipar, planificar e reajustar”, e portanto, foi isso, que na minha opinião, não foi feito”. Mais referiu que “uma decisão como essa, de construção de um relvado sintético, com remissão para anos futuros, 2014, 2015 e 2016, sendo que 2/3 do investimento serão pagos em 2015 e 2016 é continuar com a política cega que existe no país, de remeter para o futuro aquilo que vai onerar cada vez mais os orçamentos e criar mais dificuldades, e portanto, eu jamais estaria de acordo com essa decisão”. Reafirmou que “a política faz-se de reajustamentos e de definição de prioridades, e portanto, não me venham com a história das campanhas porque isso até já está fora de moda, até porque as pessoas acreditam cada vez menos nos políticos, e nomeadamente naqueles que, ou fazem um discurso oco e vazio como o discurso de hoje do PS Nacional, de crítica mas não apontam soluções, ou fazem aquele discurso demagógico que é de tudo prometer, para depois nada fazer”. -----

-----O vereador Mário Alves fez ainda referência à questão relativa à decisão da Assembleia Municipal de não pronúncia sobre a reorganização do território autárquico, salientando que “eu fico estupefacto porque sempre pensei que o melhor é discutir os assuntos e tentar arranjar soluções internas, sempre pensei isso, e aliás, aqueles que estão na Assembleia Municipal, tão defensores da política do diálogo, e que vão propagando essa ideia por tudo quanto é lado, querendo até dizer que o anterior Presidente da Câmara, que por sinal era eu, não era aberto ao diálogo, e o diálogo apareceu agora, mas apareceu o mau diálogo. É o diálogo da cedência, é o diálogo da permissão, é o diálogo do facilitismo, e esse diálogo não defendo, e poderia apontar vários casos do atual executivo, da permissão, do facilitismo e do “negócio” (sem querer ofender ninguém nem o executivo), e portanto esse não era o meu diálogo, nem é o meu diálogo hoje”. Esclareceu no entanto que estava a referir-se à eventual extinção de freguesias do concelho de Oliveira do Hospital, nomeadamente pelo facto da Assembleia Municipal não se ter pronunciado acerca dessa matéria”. Verificou que, relativamente a esta matéria, teve conhecimento, através da comunicação social, que a Câmara Municipal da Guarda decidiu reduzir de 55 para 43 freguesias, salientando que “parece que houve outros que perceberam a mensagem, enquanto, no caso de Oliveira do Hospital parece que a mensagem não terá sido totalmente percebida”. Referiu no entanto que “como ao nível deste órgão, Câmara Municipal, tinha havido uma proposta com a qual eu não concordei e o senhor vereador José Carlos Mendes também manifestou a sua discordância, a maioria aprovou essa proposta”. Clarificou que “gostaria de deixar aqui esta minha ideia sem querer fazer nenhuma crítica, a ninguém em especial, mas à Assembleia Municipal, enquanto órgão político com capacidade de decisão, pelo facto de ter excluído a hipótese de discutir o assunto”. -----

-----Sobre o assunto, interveio o vereador José Francisco Rolo que, dirigindo-se ao vereador Mário Alves referiu o seguinte: “porque acusou o discurso do PS Nacional de “oco” e “demagógico”, naturalmente que não podia perder a oportunidade, para, serenamente, lhe dizer que, de facto o debate político é feito de críticas, mas também é feito de rebate a essas mesmas críticas”. Afirmou que “o PS faz um discurso, não “oco”, não pelo contrário, faz um discurso preenchido e responsável”, salientando que “dos 12.000 mil milhões de euros disponibilizados pela Troika, para aplicar na economia portuguesa, o Partido Socialista, para preencher uma lacuna da economia portuguesa, propôs em sede parlamentar e ao Governo, designadamente ao Sr. Ministro da Economia, a aplicação de 5.000 mil milhões de euros em linhas de crédito às empresas exportadoras, por serem aquelas que têm mais margem de crescimento e mais margem de sustentação e de criação de postos de trabalho”. Disse que “um exemplo disso é o setor exportador têxtil e das confeções de Oliveira do Hospital que criou neste último ano 300 novos postos de trabalho, e hoje, o Instituto de Emprego e Formação Profissional desenvolve ações de formação intensivas, para, neste momento, formar 50 novas costureiras para “alimentar” no imediato as



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

necessidades da indústria de confeções”. Referiu ainda que “para além desta proposta concreta que fez ao Ministério da Economia e ao Governo para a criação de uma linha de crédito de 5.000 mil milhões para as empresas exportadoras, propôs também, que dos 12.000 mil milhões de euros disponibilizados pela Troika para aplicar na economia, 3.000 milhões de euros fossem para recapitalização das empresas portuguesas, ou seja, para efeitos de reforço de tesouraria das empresas, uma vez que, como é sabido, há muitas empresas em situação difícil”. Disse que “um outro exemplo foi aquilo que, no âmbito da reprogramação do QREN, o Partido Socialista apresentou ao Ministério da Economia e do Ambiente, que tutela os fundos do QREN, e nomeadamente ao Ministério das Finanças, para a criação de uma linha de apoio para reabilitação urbana, precisamente para dar trabalho às empresas de construção civil e obras públicas que, como sabemos, são estes dois tipos de empresas que, infelizmente, em situações de *lay off*, quer em situações de despedimentos, mais pessoas enviam para o desemprego. Linha essa, de reabilitação urbana de vilas e cidades, pequenas e médias”. Realçou, tratar-se de apenas três exemplos que considera serem contributos, sérios e realizáveis, a fim de contrapor ao princípio do discurso “oco” e “demagógico”, ou seja e porque falou em negócios, estes são também os bons negócios que o país e Oliveira do Hospital precisam. -----

-----O Presidente da Câmara disse entender que a função deste órgão não é propriamente de discutir política nacional, sublinhando no entanto que isso não implica que cada um tenha a sua opinião sobre o que se vai passando, quer a nível nacional, quer a nível do poder local. Referiu que “estive no Congresso Geral da ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses e percebe-se claramente que de uma forma geral todas as intervenções, dos diferentes partidos, dos diferentes autarcas, foram altamente críticos em relação a este Governo, nomeadamente pela forma como tem tratado as autarquias e do “estrangulamento” que lhe tem sido feito, e portanto, é uma questão de posicionamentos políticos e de opções políticas e por isso, a política deve ser discutida, como está hoje a ser discutida na Assembleia da República, aqui devemos discutir algumas vezes, embora de forma ponderada”. Mais referiu que “eu já percebi porque é que esta Comissão Política do PSD ainda não retirou a confiança política ao senhor vereador Mário Alves, mesmo dizendo cobras e lagartos dele. Mesmo assim, ainda não tiveram essa coragem. E não tiveram essa coragem, por uma razão simples, porque ainda sonham que o Prof. Mário Alves lhes possa dar uma ajuda nas próximas eleições autárquicas. E muitas dessas pessoas são os grandes responsáveis, não é só a minha figura ou a do José Carlos Mendes, mas eventualmente alguns estrategas políticos do concelho é que fizeram com que o senhor não seja ainda hoje o Presidente deste Município”. -----

-----Dirigindo-se ao vereador Mário Alves reconheceu que “não são as estruturas partidárias que o condicionam, seja a nível nacional, seja a nível local, tenho a certeza disso e acredito que estamos todos desiludidos com o poder político a nível nacional por causa de um conjunto de medidas que têm vindo a ser tomadas”. -----

-----No que respeita às intervenções da Assembleia Municipal, disse não ter que comentar as decisões daquele órgão, frisando que “nenhum de nós integra como eleito a Assembleia Municipal”. Disse que “a Assembleia Municipal é um órgão próprio, com autonomia em relação à Câmara Municipal, e toma as decisões que entende que deve tomar, tal como acontece com a Câmara Municipal”. Questionou no entanto o vereador Mário Alves sobre se acha sério que uma pessoa seja a favor da pronúncia e depois não tenha coragem para apresentar uma proposta em concreto, salientando que “para uma pessoa ser a favor de uma coisa tem que dizer porque é que é a favor”. Lembrou que foi criada uma Comissão em Assembleia Municipal que acabou por ser desfeita por não terem sido apresentadas propostas concretas, pois não bastava a Assembleia Municipal manifestar-se sobre o assunto. Disse entender que não houve coragem por parte de quem votou a favor da pronúncia para apresentar uma proposta em concreto relativamente a essa matéria.-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves, tomando uso da palavra, disse entender que “ser favorável à pronúncia não significava que tivesse de ser feita uma proposta de alteração das freguesias, a pronúncia podia recair sobre a Assembleia Municipal reconhecer que no concelho de Oliveira do Hospital não havia condições objetivas para a extinção de freguesias, e isto era uma decisão política correta”. Considera que “ao tomar a decisão de não pronúncia, a Assembleia Municipal aceita aquilo que lhe é imposto”, frisando que “não vejo isto nessa perspetiva, mas sim na perspetiva de que se a Assembleia Municipal se decidisse pela pronúncia poderia ser no sentido daquela fazer menção a todos os argumentos e factos”-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que a pronúncia deve indicar quais as freguesias a extinguir, incluindo a extensão geográfica de cada uma delas, bem como a sua nova designação e localização da sede. -----

-----O vereador Mário Alves esclareceu que não pretende imiscuir-se naquilo que são as decisões da Assembleia Municipal, realçando que, isso não invalida aquilo que é o seu pensamento político sobre o assunto. Tendo presente a deliberação da Assembleia Municipal que leu na íntegra e que a seguir se transcreve: -----

----- “A Assembleia Municipal em sessão realizada em 28 de setembro de 2012, deliberou considerar não situada em lugar urbano do Município a freguesia de Nogueira do Cravo nos termos do disposto no nº 3, do artº 5º, daquela Lei, em que na mesma sessão tenha optado pela não pronúncia” -----

-----Pelo vereador Mário Alves foi assim referido que “a Assembleia Municipal pronuncia-se e optou pela não pronúncia”, o que, na sua opinião, dá a entender que “só não querem que seja extinta a freguesia de Nogueira do Cravo”, ao que o Presidente da Câmara referiu admitir que “aquilo que o senhor vereador diz não deixa de ter algum sentido, mas não foi esse o entendimento da larga maioria dos membros da Assembleia Municipal”. -----

-----O vereador Mário Alves salientou no entanto que “desta forma a Assembleia Municipal não pode é invocar que eu sou o responsável por aquilo que vai acontecer”. -----

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes referindo que “a Assembleia Municipal tomou as suas decisões, estão tomadas e é responsável pelas mesmas. Discordo no entanto da decisão tomada pela Assembleia Municipal”. Considera que “o processo não decorreu da forma mais correta e julgo que, relativamente a esta questão, tal como foi focado na altura por alguns deputados daquele órgão, ao não haver pronúncia, isto não tem razão de ser, pois só com a pronúncia relativamente à reorganização administrativa do concelho de Oliveira do Hospital é que tinha razão de ser a proposta que foi aprovada”. Prosseguiu salientando que “espero que a decisão tomada pela Assembleia Municipal não traga um conjunto de consequências, porque a Unidade Técnica pode vir a tomar uma posição em relação à reorganização territorial de Oliveira do Hospital, totalmente diferente daquela que as pessoas estão à espera e que é tendo em conta o número de habitantes por freguesia”. Entende assim que poderá haver surpresas com essa situação, ou seja, pelo facto da Assembleia Municipal não se ter pronunciado. Considera ainda que a pronúncia exige a apresentação de uma proposta relativamente à questão da agregação de freguesias, discordando no entanto, que no que se refere à pronúncia e à agregação de freguesias, a mesma tenha que ser apresentada por um grupo ou por uma pessoa que discorda da posição de não pronúncia. Disse que do que depreende desta matéria e pelos exemplos que tem seguido através da comunicação social, as Assembleias Municipais manifestam-se em relação à pronúncia mas depois é criada uma Comissão para o efeito, e a Câmara Municipal tem a obrigação, de através dos seus técnicos, de dar apoio a essa comissão para poder apresentar quantas propostas sejam necessárias de reorganização administrativa, que a Assembleia Municipal discutiria e aprovaria aquela que entendesse ser a mais



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

correta. Frisou que “era assim que se deveria processar tudo isto e não foi assim, mas está tomada a posição e agora não podemos pôr isso em causa”. -----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que “mesmo que houvesse pronuncia não era claro que a Unidade Técnica fosse obrigada a respeitá-la”, ao que o vereador Mário Alves questionou então o Sr. Presidente da Câmara sobre por que razão é que via e ouvia em órgãos da comunicação social nacionais que “a Assembleia Municipal de ...pronunciou-se contra a extinção de freguesias”, aí o Presidente da Câmara esclareceu que “eu não me pronunciei contra”, frisando que “existe aqui um equívoco jurídico no que respeita ao conteúdo da pronúncia da Assembleia Municipal”. Lembrou no entanto que “o problema da desclassificação da freguesia de Nogueira do Cravo é diferente, pelo que, tal como foi referido pelo vereador Mário Alves, provavelmente, até deveria constar da pronuncia. Disse ter dito em sessão da Assembleia Municipal que “o vereador Mário Alves não tem culpa nenhuma neste processo de Nogueira do Cravo, porque não há nenhum documento em que ele ratifique a decisão dos técnicos”, esclarecendo que “a proposta que hoje pretendo apresentar ao executivo é no sentido de comunicar à Unidade Técnica que houve um erro desde o princípio ao desclassificarem a freguesia de Nogueira do Cravo de rural a urbana, em que a Câmara Municipal não teve qualquer responsabilidade e, simultaneamente, pedindo que a freguesia de Nogueira do Cravo volte a ser considerada rural”. -----

-----O vereador Mário Alves dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse deduzir da sua intervenção que “aplicando os conceitos e conteúdos definidos pela Lei da Reorganização Territorial Autárquica, Oliveira do Hospital, poderá ter uma extinção/ agregação de seis freguesias”, questionando-o assim “não me diga que, se a Assembleia Municipal se pronunciasse, não poderia salvar pelo menos três freguesias”, ao que aquele responsável disse que não, sublinhando que “apenas poderia salvar uma freguesia, uma vez que a aplicação dos critérios da lei implica a extinção de 25% das rurais, ou seja, 5 freguesias”. -----

-----O vereador José Carlos Mendes, tomando uso da palavra, disse saber que “se a Assembleia Municipal fizesse o que fez relativamente a Nogueira do Cravo, e pedisse a desanexação de lugar de Oliveira do Hospital, daquela faixa da freguesia, ao pedir e ao pronunciar-se sobre a extinção de freguesias de acordo com a Lei, a freguesia de Nogueira do Cravo, automaticamente, era considerada como rural e por conseguinte seriam apenas 4 as freguesias que teríamos de ter em conta para a agregação”. -----

-----O Presidente da Câmara explicou que “não é bem assim”, referindo no entanto que, “se a freguesia de Nogueira do Cravo, desde o início, tivesse sido considerada rural, seria como está a dizer, mas depois de ela ser considerada urbana já assim não é. E por essa razão, é que temos de pedir à Unidade Técnica que a mesma seja considerada rural, por causa de um erro do INE e não da Câmara Municipal, como foi dito pela Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo, num documento em que responsabiliza os políticos, como se tenhamos alguma culpa desta classificação”. -----

-----O vereador Mário Alves referiu que “quer o senhor dizer que os membros da Assembleia de Freguesia de Nogueira do Cravo não são políticos, foram eleitos... foi por acaso... não representam nada..., ou seja, eles não são políticos. O senhor e os vereadores que estão neste órgão e os deputados da Assembleia Municipal é que são políticos”, sublinhando que “é o contrasenso desse documento ao responsabilizarem os políticos”. Questionou assim “então o que são eles se não políticos”, ao que o Presidente da Câmara esclareceu que “quando se referem a políticos, são os políticos do executivo camarário”. -----

-----Pelo vereador José Carlos Mendes foi ainda referido que “sendo a Assembleia Municipal o órgão máximo do Município, à partida, a decisão que a Câmara Municipal está a querer tomar agora, podia muito bem ter sido a Assembleia Municipal a tomá-la e a dizer que “propunha a



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

desclassificação e em simultâneo uma reorganização administrativa do concelho, baseando-se nas 4 freguesias e não nas 5, porque aí retirava a freguesia de Nogueira do Cravo do lugar urbano”. -----

-----O Presidente da Câmara explicou que quem tem competência para intervir junto do INE é a Câmara Municipal e não a Assembleia Municipal. -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que o argumento que deve ser utilizado para apelar à desclassificação urbana freguesia de Nogueira do Cravo, é remeter, àquela entidade, cópia do PDM em vigor, lembrando que, na zona em causa, até existem construções em processo judicial por irregularidade de construção. -----

-----Em face do exposto, o Presidente da Câmara solicitou ao Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças que acrescentasse no documento a aprovar pela Câmara Municipal esta questão relativa ao PDM, ao que o vereador Mário Alves esclareceu que a sua intenção “é pura e simplesmente manifestar a sua discordância política”. -----

-----**2.1.2 – RUA DR. VIRGÍLIO FERREIRA, EM OLIVEIRA DO HOSPITAL**-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se à Rua Dr. Vergílio Ferreira, em Oliveira do Hospital, nomeadamente no que se refere a uma entrada que dá acesso a uma propriedade privada, dando conta que a situação se mantém, sendo que a rampa ainda não desapareceu. Disse ter aguardado algum tempo para que pudesse ser feita a devida correção, mas como verificou que a situação se mantém, entende que a Câmara Municipal deve exigir ao proprietário em causa que mantenha a plataforma junto do betuminoso da via, ao nível a que estava anteriormente, e que faça a rampa dentro da sua propriedade. -----

-----**2.1.3 – LOTEAMENTO DOMINGOS GUERRA, RUA DR. ANTÓNIO AFONSO AMARAL**-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se ainda ao loteamento Domingos Guerra, sito à Rua Dr. Afonso Amaral, questionando o Presidente da Câmara sobre se efetivamente aquele loteamento foi aprovado tal qual está, tecendo breves considerações quanto à forma do arruamento interno daquela urbanização, salientando que “em caso de necessidade, dificilmente lá entra uma viatura pesada”. --

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara disse que iria mandar verificar a situação, entendendo que o projeto em apreço foi aprovado pela autarquia, pelo que, considera que o mesmo não pode ser subvertido.-----

-----**2.1.4 - EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DA AV. DR. CARLOS CAMPOS E DA ENVOLVENTE À ESTAÇÃO CENTRAL DE CAMIONAGEM EM OLIVEIRA DO HOSPITAL"**-----

-----O vereador Mário Alves referiu-se ao projeto relativo à empreitada mencionada em epígrafe, afirmando que discorda da rotunda que está prevista junto à Igreja de Sant’Ana por considerar que a mesma está exagerada e, na sua opinião, não tem qualquer enquadramento urbanístico naquela zona. Clarificou que “se o projeto se mantiver assim, mantenho a posição de abstenção na sua aprovação para que amanhã não digam que também fui responsável por aquela solução”, tendo questionado o Presidente da Câmara relativamente ao seu ponto de situação.-----

-----**2.1.5 – TELECOMUNICAÇÕES/FATURACÃO**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves reportou-se à discussão havida acerca das despesas tidas com as telecomunicações no ano de 2011, em anteriores reuniões, referindo que “já aqui foram discutidos os *plafonds* mas a cópia das faturas não me foram entregues, conforme havia solicitado”. -----

-----2.1.6 – CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE – BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE COJA -----

-----O vereador Mário Alves propôs à Câmara Municipal que, dentro da sua disponibilidade financeira, se associe à campanha de solidariedade promovida pelos Bombeiros Voluntários de Côja, através da atribuição de um apoio com vista à aquisição de uma viatura para substituir a que ficou destruída no incêndio/acidente que vitimou dois bombeiros daquela corporação, tendo presente que aquela associação é parceira deste município em todas as situações de sinistro que possam ocorrer no concelho de Oliveira do Hospital. -----

-----Sobre o assunto, o Presidente da Câmara corroborou da posição do vereador Mário Alves, referindo que tinha a intenção de apresentar à Câmara Municipal uma proposta de adesão à referida campanha, através da atribuição de um subsídio. -----

3 - ORDEM DO DIA -----

3.1 - ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS -----

A) AUTARQUIAS: -----

-----A-1) FREGUESIA DE ALDEIA DAS DEZ-----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que atribua à **Freguesia de Aldeia das Dez**, um subsídio no montante de **7.500,00 € (sete mil e quinhentos euros)** como apoio à realização da “XI Festa da Castanha”, a ter lugar no próximo dia 21 de outubro, naquela freguesia. -

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 6 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

-----Ainda sobre este assunto, o vereador José Francisco Rolo informou que, no âmbito do plano de animação da rede das Aldeias de Xisto, a ADXTUR vai realizar algumas ações no sentido de promover / divulgar o evento em causa, bem como estreitar um ciclo de concertos designado de “JAZZ no Xisto” o qual terá início naquela freguesia, na noite que antecede o dia da Festa da Castanha, com o lançamento de um disco de jazz, e da tournée que irá percorrer as restantes Aldeias do Xisto. Disse ainda que para além da animação, a ADXTUR vai também comparticipar nas despesas de promoção/divulgação do evento.-----

-----A-2) FREGUESIA DE SÃO GIÃO -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Tendo presente o ofício nº 19/2012, de 11 de setembro, remetido pela Freguesia de São Gião, a solicitar a atribuição de um apoio financeiro no montante de **6.000,00 € (seis mil euros)** destinado à aquisição de um terreno para construção de um parque de estacionamento na Rua do Casal, naquela freguesia, a Câmara Municipal depois de uma breve troca de impressões relativamente ao custo do terreno em apreço e após sugestão do vereador Mário



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Alves, deliberou, por unanimidade, sob proposta do Presidente da Câmara, adiar a sua análise e discussão para uma próxima reunião a fim de mandar proceder à avaliação do terreno em causa. -----

B) INSTITUIÇÕES:-----

-----B-1) ASSOCIAÇÃO BLC3 - PLATAFORMA DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO INTERIOR NORTE -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----Foi presente pelo Presidente da Câmara uma carta, remetida pela entidade acima identificada, a solicitar a atribuição de um apoio financeiro no montante de 15.000,00 € (quinze mil euros) como apoio ao desenvolvimento dos projetos abaixo descritos, na área agroalimentar, por considerar que estes projetos são, atualmente, base de suporte ao desenvolvimento de novas atividades da ESTGOH, resultado de uma parceria desenvolvida entre as duas entidades e que se afigura como decisiva para a continuidade do ensino superior em Oliveira do Hospital: -----

-----1 - F-ECO-DL (linha de desidratação e embalamento de fruta desidratada) – investimento total: 603.632,10 € (3 anos);-----

-----2 – ValorQueijo (conservação do queijo, máquina de unidoses e Kit de identificação genética do leite da raça bordaleira) – investimento total: 533.524,98 € (2 anos);-----

-----3 – ValueMicotecTruf (desenvolvimento biotecnológico para cogumelos silvestres nativos da região e truficultura) – investimento total: 465.554,18 € (2 anos).-----

-----Sobre o assunto, o vereador Mário Alves teceu breves considerações relativamente aos projetos em causa, questionando o Presidente da Câmara sobre se é a autarquia que vai assumir na íntegra o capital próprio para o desenvolvimento destes projetos a que corresponde a 352.000,00 €.

-----O Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal ao criar este tipo de associação teria que à partida garantir nas GOP's os recursos mínimos para que possa desenvolver um bom trabalho. Verificou ainda que, até à data, o que a Câmara Municipal investiu na BLC3 não tem sido relevante em termos orçamentais para o município, defendendo que a Câmara Municipal mantenha, anualmente, a verba consignada no seu plano e orçamento para ajudar a alavancar a BLC3, frisando que “trata-se de uma questão de “acreditar” e acredito que o futuro de Oliveira do Hospital passa pela BLC3”.-----

-----Interveio o vereador José Carlos Mendes manifestando-se preocupado pelo facto de desconhecer quem são os parceiros de cada um destes projetos pois considera que a BLC3 necessita de ter parceiros para os poder alavancar. Realçou assim a necessidade de se saber quem são esses parceiros face ao capital que está envolvido em cada um dos projetos em causa. Verificou que, no que se refere à investigação essa questão já nem seria colocada pois cabe à Câmara Municipal dotar a BLC3 de condições para o efeito.-----

-----O Presidente da Câmara manifestou-se disponível para convidar o Sr. Presidente do Conselho de Administração da BLC3 a estar presente numa reunião pública da Câmara Municipal a fim de prestar os necessários esclarecimentos sobre o assunto, ao que o vereador Mário Alves disse dispensar a sua presença.-----

-----O vereador José Francisco Rolo tomando uso da palavra referiu que é necessário que todos estejam conscientes de que a BLC3 é uma instituição que em termos de inovação foi criada em Oliveira do Hospital e isso, na sua opinião, suscita muitas leituras e diversos comportamentos, nem todas construtivas, infelizmente. Disse considerar normal que haja dúvidas, sublinhando que “ser cético em relação às instituições e àquilo que elas fazem também é normal, agora, o que não é normal é, sistematicamente, pôr em causa o trabalho que a instituição está a fazer e os projetos que



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

foram apresentados”. Lembrou no entanto que estão em causa três projetos que foram objeto de apresentação de candidatura por parte do corpo técnico da BLC3, em parceria com três entidades, a saber, a Universidade de Aveiro, a Universidade do Minho e a Universidade de Coimbra, salientando que todos estes projetos foram validados cientificamente por essas universidades. Mais referiu que cada um destes projetos foi aprovado pelos conselhos diretivos do QREN Nacional, do MAIS Centro, do PRODER Nacional e do SI Inovação, compostos por um conjunto de especialistas para os avaliar e aprovar em termos da sua viabilidade empresarial, técnica e financeira. Lembrou igualmente que “estamos a falar de uma instituição que é reconhecida como entidade integrante do sistema científico-tecnológico nacional pela Fundação para a Ciência e Tecnologia que possui um projeto declarado de interesse nacional pelo Governo, que consegue realizar parcerias com as Universidades já referidas para sustentar cientificamente os seus projetos, acrescido, agora, da capacidade e competência para avaliar de cada um dos políticos com assento neste órgão”. Entende assim que deve ser dado o benefício da dúvida ao trabalho que está a ser desenvolvido pela BLC3, que tem sido manifestamente positivo. -----

-----O vereador Mário Alves lembrou que o projeto enunciado no primeiro ponto já estava a ser desenvolvido acerca de 4/5 anos na Universidade de Aveiro, o que, na sua opinião, significa que há seguramente seis anos que se está a investir naquele projeto. Esclareceu que não se trata de ser cético mas sim de querer obter resultados, frisando que “com o país de “tanga” não se pode andar a gastar dinheiro em projetos que na prática não têm qualquer consequência, ou seja, não tem empregabilidade, e não geram riqueza”. Salientou que “aquilo que aqui está em discussão, sob a perspetiva política, é a geração de riqueza, e tal como referiu o vereador José Carlos Mendes, não é a BLC3 que vai gerar essa riqueza. São os parceiros se eles forem bons, porque está mais do que provado que, infelizmente, as nossas Universidades, em muitos projetos ainda são maus parceiros. As Universidades servem muitas vezes para “alimentar” a defesa de teses de doutoramento mas, na prática, e no domínio daquilo que deve ser a consequência lógica de qualquer projeto desta natureza, que é a geração de emprego e a criação de riqueza, não existe”. Disse entender que o nosso país tem esbanjado milhões em projetos desta natureza que depois não tem a geração prática de riqueza e de empregabilidade que deveriam ter. Considera que os projetos em causa são bem-vindos se eles tiverem, a montante, a geração de riqueza e de empregabilidade.-----

-----O vereador José Carlos Mendes esclareceu que com a sua intervenção não quis pôr em causa a valia técnica dos projetos em apreço, declarando no entanto que no que se refere à atribuição de apoio se abstém na sua aprovação uma vez que não tem informação da instituição que lhe permita averiguar se ela vai ou não precisar dos 352.000,00 € para financiar estes projetos, sublinhando que “para votar conscientemente necessito de ter informação concreta daquilo que está a ser feito na BLC3 e bem assim sobre quais os parceiros e investimentos que lá se pretendem fazer e ainda sobre quem é que os vai financiar”. Salientou que “a minha questão está centralizada aí e não no tipo de projetos que estão a ser desenvolvidos”.-----

-----O Presidente da Câmara esclareceu que os apoios à BLC3 serão aprovados pontualmente e não na sua totalidade, esclarecendo que, neste momento, o que está em causa é uma proposta de atribuição de um subsídio à BLC3 no montante de 15.000,00 € (quinze mil euros) com vista ao desenvolvimento dos projetos acima descritos, colocando-a à votação dos membros presentes. -----

-----**Nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e a abstenção dos vereadores Mário Alves, José Carlos Mendes e Telma Martinho, justificada nas suas intervenções acima aduzidas, aprovar a presente proposta.**-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----O vereador Mário Alves declarou ainda que a sua abstenção se deve igualmente ao facto de continuar a não acreditar, salientando que “espero que o tempo mais uma vez não me dê razão, ou seja, de que, não seja mais um meio de dar sumiço a uns milhares de euros para no final resultar em “zero” de riqueza, de empregabilidade e de melhoria de condições para os agricultores do concelho de Oliveira do Hospital”. -----

-----O vereador José Carlos Mendes declarou igualmente abster-se na aprovação da presente proposta, não pelo facto de não acreditar, mas sim porque não tem informação suficiente relativamente ao que se está a fazer na BLC3 que lhe permita votar conscientemente a atribuição do subsídio ora proposto. -----

-----B-2) ARCIAL - ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE CRIANÇAS INADAPTADAS -----

D.A.G.F./Proc.53/4

-----O Sr. Presidente propôs à Câmara Municipal que, conforme solicitado pela entidade oficiante, atribua à **ARCIAL – Associação para Recuperação de Crianças Inadaptadas**, um subsídio no montante de **10.000,00 € (dez mil euros)** para fazer face às despesas tidas com o transporte de utentes daquela instituição nos anos de 2010, 2011 e 2012 e bem assim um subsídio no montante de **750,00 € (setecentos e cinquenta euros)** como apoio à realização do “XXIII Corta Mato” para pessoas portadoras de deficiência, que terá lugar no próximo dia 20 de outubro do corrente ano. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, e nos termos do disposto na alínea b) do nº 4 do artº 64º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, aprovar a presente proposta. -----

3.2 - OBRAS PARTICULARES:-----

-----3.2.1 - LISTAGEM DE PROJETOS DEFERIDOS E INDEFERIDOS-----

D.P.G.T./DOC.2

-----O Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal, dos despachos que recaíram sobre os processos de licenciamento de obras particulares, no período compreendido entre 14 e 27 de setembro de 2012, conforme listagem que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Ainda sobre este assunto, o vereador Mário Alves questionou o Presidente da Câmara relativamente ao processo apresentado pela VODAFONE ao que aquele responsável deu conta que se trata da instalação de um cabo de fibra ótica em cabos já existentes. -----

3.2.2 - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS: -----

-----3.2.2.1 - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SÓCIO CULTURAL DE PENALVA DE ALVA-----

D.A.G.F.

-----Presente uma carta, com o registo de entrada nº 10004, de 24 de agosto de 2012, remetida pela entidade acima identificada, devidamente fundamentada pelos serviços, tendo a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara e nos termos do disposto no Regulamento Geral de Taxas Municipais, deliberado, por unanimidade, isentar o Centro de Desenvolvimento Sócio Cultural de Penalva de Alva do pagamento das despesas inerentes à



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

alteração de ramal de abastecimento de água e à ligação de água a um marco de incêndio, no montante de 226,14 € (duzentos e vinte e seis eurose catorze cêntimos), conforme solicitado. --

-----3.2.2.2 - ASSOCIAÇÃO DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO HOSPITAL-----

D.P.G.T./DOC.3

-----O Presidente da Câmara informou a Câmara Municipal de que no uso da competência própria que lhe é conferida pelo nº 1 do artº 8º do Regulamento Geral de Taxas Municipais em vigor no Município, por despacho de 27 de setembro de 2012, isentou a Associação dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital do pagamento da taxa municipal inerente à emissão do alvará de licença respeitante à obra de “Construção de Garagem em Cave e Rampa de Acesso”, no montante de 807,05 € (oitocentos e sete euros e cinco cêntimos), conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

3.2.3 - CADUCIDADE DA LICENÇA DE OPERAÇÃO DE LOTEAMENTO TITULADA PELO ALVARÁ 7/2000 E POSTERIORES ADITAMENTOS -----

D.A.G.F./DOC.4

-----Na sequência da deliberação camarária de 7 de agosto de 2012, foi presente pelo Presidente da Câmara a informação jurídica nº 48/2012, datada de 1 de outubro, devidamente fundamentada, ficando um exemplar arquivado em pasta anexa ao livro de atas, cujo teor se dá integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, tendo aquele responsável informado que, no uso das suas competências e por despacho datado de 3 de outubro de 2012, determinou a caducidade da licença para a realização da operação de loteamento, titulada pelo alvará de loteamento nº 7/2000, emitido em nome de Licínio Manuel Silveira das Neves e Antero Resende, com posteriores aditamentos em 17 de novembro de 2003 e 6 de abril de 2011, desde o dia 6 de abril de 2012, em virtude de os promotores não terem concluído as obras, no prazo fixado no referido título, nos termos previstos, na alínea d) do nº 3 do artigo 871º do regime Jurídico das Obras Particulares, aprovado pelo Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, nos termos exarados na informação supra mencionada.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento.-----

3.3 - OBRAS MUNICIPAIS:-----

-----3.3.1 - EMPREITADA DE "CONSTRUÇÃO DO CENTRO EDUCATIVO DE NOGUEIRA DO CRAVO - CONCLUSÃO DA EMPREITADA"-----

D.A.G.F./DOC.5

-----No âmbito da empreitada mencionada em epígrafe e tendo presente a informação nº Cc53/2012, de 19 de setembro, da Divisão de Infraestruturas e Obras Municipais, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva, Telma Martinho, José Carlos Mendes, Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção do vereador Mário Alves, aprovar a proposta de substituição do revestimento exterior do edifício, constante na referida informação, de que resulta num valor de trabalhos a menos no montante de 7.430,00 € (sete mil, quatrocentos e trinta euros).-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

3.4 - FEIRA BI-MENSAL DE OLIVEIRA DO HOSPITAL - PEDIDOS DE REATRIBUIÇÃO DO ESPAÇO DE VENDA APÓS DECLARAÇÃO DE CANCELAMENTO:-----

-----3.4.1 - MARIA DE LURDES BRANCA DOMINGOS -----

D.A.G.F./DOC.6

-----Tendo presente a carta com o registo de entrada nº 9698, de 17 de agosto de 2012, remetida pelo Sr. Abel Borges Ferreira, em representação da sua esposa Maria de Lurdes Branca Domingos, a solicitar a anulação da declaração de caducidade determinada quanto ao espaço de venda nº 122 da Feira Bi-Mensal de Oliveira do Hospital, devidamente fundamentada pelos serviços, através da informação nº ADJ/17/2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, concordar com o teor da mesma e autorizar a requerente em causa a efetuar o pagamento por receita eventual das taxas aplicáveis ao 3º trimestre e, simultaneamente, proceder à anulação da decisão de caducidade anteriormente notificada, podendo a interessada, após cumpridas as obrigações contributivas atrás mencionadas, reassumir o direito de ocupação do espaço de venda nº 122 da Feira Bi-Mensal. -----

-----3.4.2 - CRISTINA MARIA CARDOSO MIGUEL -----

D.A.G.F./DOC.7

-----Tendo presente a carta com o registo de entrada nº 9570, de 14 de agosto de 2012, remetida pelo D. Cristina Maria Cardoso Miguel, contendo pedido de anulação da declaração de caducidade determinada quanto ao espaço de venda nº 137 da Feira Bi-Mensal de Oliveira do Hospital, devidamente fundamentada pelos serviços, através da informação nº ADJ/16/2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, concordar com o teor da mesma e autorizar a requerente em causa a efetuar o pagamento das taxas em dívida relativas ao 1º trimestre de 2012, no âmbito do processo de execução fiscal instaurado, e ainda o pagamento por receita eventual das taxas aplicáveis ao 2º e 3º trimestres e, simultaneamente, proceder à anulação da decisão de caducidade anteriormente notificada, podendo a interessada, após cumpridas as obrigações contributivas atrás mencionadas, reassumir o direito de ocupação do espaço de venda nº 137 da Feira Bi-Mensal. -----

3.5 - TERRENO DESTINADO À INSTALAÇÃO DE UM TERMINAL RODOVIÁRIO - PERMUTA – RESOLUÇÃO-----

D.A.G.F./DOC.8

-----Tendo presente a informação dos serviços nº ADJ/19/2012, datada de 12 de setembro, devidamente fundamentada, ficando um exemplar arquivado em pasta anexa ao livro de atas, cujo teor se dá integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, e prestados os necessários esclarecimentos sobre o assunto, a Câmara Municipal, deliberou por unanimidade, concordar com a informação e exercer o direito de reversão do terreno então cedido à sociedade Júlio dos Santos, Filhos & Companhia, Limitada, sito ao Mandanelho, freguesia de Oliveira do Hospital, a confrontar de norte e nascente com EN 230, a sul com Cemitério Velho e Quartel de Bombeiros, e a poente com Câmara Municipal, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Oliveira do Hospital sob o artigo n.º 1642 e descrito na Conservatória do registo Predial sob o n.º 761/19920110 - Oliveira do Hospital, para o património municipal, mediante o pagamento, a título de restituição, da importância de



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

21.324,00 € (vinte e um mil, trezentos e vinte e quatro euros), seguindo-se posteriormente à celebração da necessária escritura de reversão.-----

-----Ainda sobre este assunto, o vereador Mário Alves realçou a postura e a disponibilidade manifestada pelos novos administradores da mencionada empresa no sentido de resolver esta questão, frisando que “foi algo que nunca aconteceu no passado”.-----

3.6 - MERCADO MUNICIPAL - ABERTURA NO DIA 5 DE OUTUBRO - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO-----

D.A.G.F /DOC.9

-----Considerando a necessidade de garantir o normal abastecimento público no Mercado Municipal de Oliveira do Hospital, o Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal, nos termos do disposto no nº. 3 do artigo 68º. da Lei nº. 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a ratificação da sua decisão que determinou a abertura do Mercado Municipal no dia 5 de outubro (sexta-feira), apesar de ser Feriado Nacional, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente proposta. -----

3.7 - PROJETO DE REGULAMENTO DO PROGRAMA DE APOIO À FAMÍLIA NO CONCELHO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL – DISTRIBUIÇÃO-----

D.A.G.F.

-----O Presidente da Câmara distribuiu pelos senhores vereadores cópia do projeto de Regulamento do Programa de Apoio à Família no Concelho de Oliveira do Hospital, para análise e posterior aprovação. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

3.8 - ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO:-----

-----**3.8.1 - MAPA DE TRANSPORTES**-----

D.A.G.F./DOC.10

-----Nos termos do disposto no nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro na atual redação, o Presidente da Câmara deu conhecimento à Câmara Municipal dos Despachos que recaíram sobre os pedidos de cedência de transportes, no período compreendido entre 18 de setembro e 3 de outubro de 2012, e que constam do mapa que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

4 - ASSUNTOS DOS SENHORES VEREADORES-----

4.1 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR JOSÉ FRANCISCO ROLO-----

4.1.1 - AÇÃO SOCIAL:-----

-----**4.1.1.1 – ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO SOCIAL DE EMERGÊNCIA AO AGREGADO FAMILIAR DA D. ALMERINDA DA SILVA GOMES**-----

D.A.G.F.

-----Tendo presente a informação social nº 28/GASS, datada de 17 de setembro, a Câmara Municipal, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, revogar a deliberação



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

camarária de 4 de setembro de 2012, que atribuiu a casa nº 17 do Bairro João Rodrigues de Lagos, em Oliveira do Hospital, ao agregado familiar da D. Almerinda da Silva Gomes uma vez que a mesma informou os serviços de que iria residir para Loures, em virtude de ter encontrado um emprego, onde lhe é oferecida casa e a possibilidade de ficar com o filho.-----

4.1.2 – CANDIDATURAS AO ATIVOSOCIAIS – PROGRAMA DE APOIO E INTEGRAÇÃO SOCIAL - APROVAÇÃO DE PROTOCOLOS-----

D.A.G.F./DOC.11

-----No âmbito do ATIVOSOCIAIS - Programa de Apoio e Integração Social e tendo presente a informação do Gabinete de Inserção Profissional, nº 55, datada de 2 de outubro de 2012, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, a Câmara Municipal, deliberou, por unanimidade, tomar conhecimento, e aprovar, em minuta, os Contratos de Atribuição de Apoios a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e as entidades beneficiárias (IPSS's) abaixo mencionadas, anexos à referida informação, visando a atribuição de apoio às mesmas, em contrapartida da realização do projeto aprovado pelo IEF - Instituto do Emprego e Formação Profissional, no âmbito das medidas de apoio à contratação, documentos que se dão como anexos à ata da respetiva reunião. -----

----- Obra Eugénia Garcia Monteiro de Brito; -----
----- Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela; -----
----- Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense; -----
----- Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia da Bobadela; -----
----- ARCIAL.-----

4.1.3 – “EMPREENDEUR + OLIVEIRA DO HOSPITAL 2012” - PONTO DE SITUAÇÃO ----

D.A.G.F.

-----O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal que no âmbito da edição 2012 do concurso “Empreender +”, o período para apresentação de candidaturas já terminou no passado mês de setembro, tendo sido apresentadas 15 candidaturas de ideias de negócio, em diversas áreas. Disse que, neste momento, as candidaturas apresentadas estão em fase de análise para posterior decisão. -----

-----O vereador José Francisco Rolo lembrou que em anos anteriores a média de candidaturas apresentadas é de 3 a 5 candidaturas.-----

-----Sobre o assunto o vereador Mário Alves disse entender que o Regulamento do Concurso em apreço deveria ser objeto de alteração, nomeadamente no que se refere à inovação, para que resulte em termos de empregabilidade. -----

-----O vereador José Francisco Rolo lembrou que já existe um plano de negócios associado ao programa em apreço.-----

-----O vereador Paulo Rocha realçou o número de candidaturas apresentadas, sublinhando que “é o maior número de candidaturas apresentadas até hoje”.-----

-----O vereador José Francisco Rolo referiu ainda que “isto significa que há um novo impulso de pessoas a arriscarem ideias de negócio para sustentarem postos de trabalho”. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

----- **Neste momento, a vereadora Telma Martinho deu por finda a sua participação na presente reunião uma vez que tem que se ausentar por motivos profissionais.** -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

4.1.4 – PCHI - PROGRAMA CONFORTO HABITACIONAL PARA PESSOAS IDOSAS – CANDIDATURAS 2ª FASE DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA -----

D.A.G.F./DOC.12

-----No seguimento da deliberação camarária de 10 de julho de 2012 e tendo presente a informação social nº 53/2012, datada de 3 de outubro, relativa ao PCHI - **Programa Conforto Habitacional para Pessoas Idosas** que tem como objetivos genéricos a reabilitação de habitação para prevenir a dependência e institucionalização do cidadão mais idoso, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, o vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal de que foram rececionadas no Gabinete de Ação Social da autarquia, 8 candidaturas, das seguintes freguesias: -----

-----Lourosa – 1 candidatura; -----

-----Nogueira do Cravo – 1 candidatura; -----

-----Penalva de Alva – 1 candidatura; -----

-----Santa Ovaia – 1 candidatura; -----

-----Vila Franca da Beira – 4 candidaturas. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.1.5 – PROJETO “IGUALDADE LOCAL:CIDADANIA RESPONSÁVEL” - INFORMAÇÃO-----

D.A.G.F./DOC.13

-----O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento à Câmara Municipal que no âmbito do projeto “Igualdade Local: Cidadania Responsável” já foram realizadas duas ações de formação (“Mainstreaming no mercado de trabalho, educação e vida política” e “Paridade na Vida Familiar”, sendo que a terceira - “Igualdade no acesso à vida social”, vai decorrer entre os dias 1 de outubro de 2012 e 29 de março de 2013, nos mesmo moldes das anteriores, tendo como destinatários finais as Associações Recreativas, Culturais e Desportivas do concelho os Bombeiros Voluntários, bem como os cidadãos em geral. Informou ainda que estas ações de formação foram desenvolvidas em parceria com a ADEPTOLIVA, no âmbito do projeto cofinanciado para o efeito.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.1.6 – DISTRIBUIÇÃO DE CONVITE AOS SENHORES VEREADORES-----

D.A.G.F.

-----O vereador José Francisco Rolo deu conhecimento a todos os membros presentes que, amanhã, 5 de outubro, pelas 17:00 horas, será apresentado na Casa da Cultura César Oliveira um filme promocional / turístico do concelho de Oliveira do Hospital, intitulado de “Visite Oliveira do Hospital”, salientando que se trata de um filme promocional do concelho realizado no âmbito da criação da bolsa de artesãos de Oliveira do Hospital, desenvolvida em parceria com o Contrato Local de Desenvolvimento Social. Mais referiu que é um filme que resulta de um conjunto de imagens que foram recolhidas no concelho, com uma duração de três minutos e cinquenta segundos, e que vai ser carregado no *youtube*. Concluiu convidando os senhores vereadores a estarem presentes na apresentação do referido filme. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

4.2 - INTERVENÇÃO DA VEREADORA GRACA SILVA-----

4.2.1 - AÇÃO SOCIAL ESCOLAR - RETIFICAÇÃO DA LISTAGEM - APOIO AOS ALUNOS SUBSIDIADOS/MANUAIS ESCOLARES-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./DOC.14

-----Na sequência da deliberação camarária de 7 de agosto de 2012 e prestados os necessários esclarecimentos pela vereadora Graça Silva, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, retificar o mapa dos alunos do 1.º CEB subsidiados para efeitos de aquisição de manuais escolares, repartidos por ano e agrupamento, sendo que na coluna onde se lê total de 397 alunos, deve ler-se 398 alunos e bem assim na coluna onde se lê, total geral de 16.730,90 €, deve ler-se, total geral de 16.751,56 €, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata.-----

-----4.2.2 – PROJETO DE PROTOCOLO A CELEBRAR ENTRE A FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ E O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL VISANDO A GESTÃO DA CASA DA CRIANÇA SARAH BEIRÃO EM TRAVANCA DE LAGOS -----

D.A.G.F./DOC.15

-----Tendo presente o projeto de Protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Fundação Aurélio Amaro Diniz visando a gestão da Casa Sarah Beirão em Travanca de Lagos, distribuído previamente por todos os membros do executivo, a vereadora Graça Silva começou por dizer que se trata de um processo que teve início no mês de abril do ano anterior, altura em que a Câmara Municipal aprovou a primeira versão deste protocolo, solicitando ao Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças que prestasse alguns esclarecimentos adicionais sobre o mesmo. -----

-----O Diretor de Departamento de Administração Geral e Finanças explicou pormenorizadamente o tipo de alterações que foram introduzidas no protocolo em apreço, tendo a Câmara Municipal tomado conhecimento. -----

-----Tomando uso da palavra, o vereador Mário Alves disse discordar do teor deste documento, frisando que “já no passado votei contra”. Disse ainda entender que a forma como o documento em apreço está elaborado não usa daquilo que considera ser “transparência”. Explicou que quando se refere a “transparência” é porque entende que, embora o mesmo faça referência ao montante (2.500,00 €) que a FAAD se compromete a pagar ao Município de Oliveira do Hospital pela utilização daquele equipamento, não esclarece no entanto quantos funcionários é que estão cedidos pela Câmara Municipal para este efeito, a custo zero, nem os identifica. Prosseguiu salientando que “fala-se na hierarquia sobre o pessoal mas oculta-se aquilo que é a parte mais importante para quem está no exterior”, frisando que “é um bom negócio para a fundação mas um péssimo acordo para a Câmara Municipal”. Entende que “seria lógico, normal e racional que a fundação receba aquilo que advém dos acordos com a Segurança Social, que cobre as respetivas prestações às crianças que frequentam aquele estabelecimento, agora, o que não é normal é que a Câmara tenha lá funcionários pagos pela autarquia e que diga que está a receber 2.500,00 €/mês porque não está a receber coisa nenhuma. Ainda está é a investir para que aquele equipamento esteja entregue à Fundação, e esta, por sua vez, ainda está a retirar os respetivos dividendos”. Declarou assim que “isto não me parece correto. No ano passado votei contra, e continuo a votar contra, porque entendo que este documento não demonstra transparência”. -----

-----Depois de questionada acerca do anexo ao documento em apreço que fazia referência às questões mencionadas pelo vereador Mário Alves, a vereadora Graça Silva deu conta que o anexo inicial se mantém na íntegra, uma vez que não foi objeto de quaisquer alterações. -----

-----O Presidente da Câmara disse no entanto entender que o referido anexo deve ser junto ao novo protocolo. Admitiu no entanto que “este negócio, não sendo um bom negócio para a Câmara, é negócio possível, porque a Casa da Criança Sarah Beirão, no seu mandato, e já no meu mandato, custava aos cofres da autarquia cerca de 160.000,00 €/Ano”. Mais referiu acreditar que “mesmo



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

assim, com o novo protocolo, custará ao Município cerca de 60.000,00 €”. Esclareceu que “aquilo que fizemos foi amenizar os prejuízos do município com o compromisso que consta do referido protocolo, ou seja, de que a Fundação não possa aumentar a mensalidade das crianças que já frequentavam aquela valência aquando da outorga do primeiro protocolo”. Salientou assim que desta forma a Fundação também está a prestar um apoio social às crianças que frequentam aquele estabelecimento. -----

-----O vereador Mário Alves lembrou que “isso aconteceu no pressuposto de que a Fundação não estava a obter dividendos com a exploração daquele equipamento, e isso está errado, ou seja, a Fundação está lá porque está a obter dividendos com a exploração da Creche através de um financiamento extraordinário, dado pela Câmara Municipal, em pessoal”. Por esta razão considera que se trata de um negócio que não é transparente em termos processuais. Evocou ainda questões relacionadas com a legalidade de tal situação, nomeadamente no que se refere à hierarquia dos funcionários, citando como exemplo os processos de avaliação a que estão sujeitos anualmente, posição que foi contestada pelo vereador José Francisco Rolo e pelo Presidente da Câmara, tendo este questionado a forma como desde sempre foi avaliado o funcionário da Câmara Municipal que foi cedido aos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Hospital. -----

-----O vereador Mário Alves disse tratar-se de questões diferentes, frisando que se trata de um processo com 21 anos e que decorre desde o mandato do ex-Presidente da Câmara César Oliveira. -

-----Dirigindo-se ao vereador Mário Alves o Presidente da Câmara disse que “pelos seus posicionamentos, neste órgão, em relação a este assunto, ainda não percebi o que é que tem contra a Fundação”, ao que aquele responsável explicou que se deve ao facto de entender que o Sr. Presidente da Câmara não está a ter o mesmo tratamento de equidade relativamente a todas as IPSS's do concelho.-----

-----O Presidente da Câmara discordou, tendo o vereador Mário Alves questionado “então o senhor acha que está a ter um critério de equidade relativamente às restantes IPSS's do concelho com um tratamento de privilégio da Fundação Aurélio Amaro Diniz”.-----

-----O vereador Mário Alves esclareceu assim que não está contra a Fundação mas sim contra o princípio que foi utilizado, ou seja, um princípio que, na sua opinião, não está estabelecido dentro daquilo que é o princípio de equidade e de tratamento da autarquia para com todas as IPSS's do concelho, frisando que “não tenho nada contra a Fundação Aurélio Amaro Diniz, fique tranquilo”. -

-----O Presidente da Câmara esclareceu tratar-se de um princípio que poupa aos cofres do Município alguns milhares de euros, reconhecendo no entanto que “mesmo assim não resolve o problema todo”. Mais referiu que estaria de acordo com o senhor vereador se este dissesse que este acordo seria assinado por mais este ano, e no próximo ano desenvolveríamos um concurso público de cedência daquele espaço dirigido a todas as IPSS's do concelho.-----

-----O vereador Mário Alves disse concordar com essa possibilidade por considerar que é um processo transparente. -----

-----O vereador Paulo Rocha, tomando uso da palavra, lembrou a existência dos acordos da Segurança Social, ao que o vereador José Francisco Rolo prestou esclarecimentos adicionais relativamente a esta matéria.-----

-----**Colocado à votação, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, a abstenção do vereador José Carlos Mendes, que a justificou por corroborar da posição do vereador Mário Alves e o voto contra do vereador Mário Alves pelas razões acima aduzidas, aprovar, em minuta, o protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e a Fundação Aurélio Amaro Diniz**



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

visando a gestão da Casa da Criança Sarah Beirão em Travanca de Lagos, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----Ainda sobre este assunto, o vereador Paulo Rocha disse entender que, considerando o problema dos acordos, é uma situação que só se resolve se, gradualmente, o pessoal que está afeto à Casa da Criança for sendo substituído por pessoal da Fundação. -----

-----A vereadora Graça Silva informou ainda que, pelo menos, duas das Educadoras de Infância, e um Auxiliar de Ação Educativa, inicialmente afetas à Casa da Criança, já estão a ser rentabilizadas noutros equipamentos, tais como a Biblioteca Municipal de Oliveira do Hospital. ----

-----O vereador Mário Alves dirigindo-se ao Presidente da Câmara declarou ainda que “ao contrário daquilo que o senhor diz, até estou preocupado com a situação atual da Fundação Aurélio Amaro Diniz, porque aquela instituição é uma mais-valia para o concelho de Oliveira do Hospital, independentemente de quem quer que sejam os administradores”. Salientou no entanto que “eu não olho para os administradores, eu olho para as instituições, e a FAAD é uma instituição importantíssima para Oliveira do Hospital. Eu defendo aquela instituição e reconheço que ela é de capital importância para o concelho de Oliveira do Hospital, agora, isso não me inibe de gostar / concordar / simpatizar ou não com o administrador indicado pela autarquia para a instituição em causa”. -----

-----O vereador José Carlos Mendes declarou ter-se absterido, fundamentalmente por causa do que foi dito pelo vereador Mário Alves, por considerar que “a Fundação Aurélio Amaro Diniz é das instituições que a autarquia deve ajudar a resolver os problemas que possa vir a ter no futuro porque é fundamental para o concelho de Oliveira do Hospital”.-----

-----O vereador Mário Alves clarificou no entanto que está disponível para agir no sentido da viabilidade da Fundação Aurélio Amaro Diniz. -----

-----O vereador Paulo Rocha disse ainda que “dada a importância da Fundação Aurélio Amaro Diniz para o concelho de Oliveira do Hospital e para a região, atendendo à sua dimensão, parece-me que seria tempo de ser encontrada uma forma de rever os estatutos da Fundação e ser encontrado um administrador delegado / diretor executivo, a tempo inteiro, para aquela instituição”, posição que foi corroborada por todos os membros presentes. -----

-----4.2.3 - ATRIBUIÇÃO DE PRÉMIOS DE MÉRITO ESCOLAR -----

D.A.G.F./DOC.16

-----Tendo presente as listagens, que se dão como anexas à ata da respetiva reunião, remetidas pela Escola Secundária c/ 3º Ciclo do Ensino Básico de Oliveira do Hospital, pela EPTOLIVA e pela ESTGOH, previamente distribuídas por todos os membros presentes, a vereadora Graça Silva começou por explicar que face às propostas apresentadas pelas escolas acima referidas as mesmas foram apreciadas em reunião da Comissão de Análise sendo que após análise e apreciação de todos os documentos os alunos propostos a distinguir são os seguintes:-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Ensino Secundário			
Escola	Nome	Ano Escolaridade/Curso	Valores de 1 a 20
ESOHP	Hugo António Correia Lopes	10.º Ano	18,4
	Beatriz Alves Pereira	11.º Ano	17,9
	Marta Susana Duarte de Figueiredo Lobo	12.º Ano - Humanidades	19,0
	Catarina Saraiva Fernandes	12.º Ano Científico/Tecnológicas	19,0
	Raquel Alves Correia	12.º Ano – Artes Visuais	19,0
Ensino Profissional			
Escola	Nome	Curso	Valores de 1 a 20
ESOHP	João Pedro Lopes Mota	Profissional de Restauração/Bar	17,0
EPTOLIVA	Patrícia Alexandra Garcia Tavares	Profissional Técnico Multimédia	16,3
Ensino Superior			
Escola	Nome	Curso	Valores de 1 a 20
ESTGOH	Diana Filipa Silva Monteiro	Lic. Gestão Integrada em Qualidade, Ambiente e Segurança	15,20

-----A vereadora Graça Silva mais esclareceu que a indicação de três alunas propostas do 12.º ano de escolaridade por parte da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, se deveu ao facto de estas terem alcançado a mesma média no final do ano, 19 valores e frequentarem cursos diferentes, pelo que foi considerado pertinente solicitar à equipa que procede à análise dos documentos e/ou à Câmara Municipal a ponderação da atribuição do Prémio de Mérito Escolar a todas elas. Esclareceu igualmente que considerando que este prémio é fundamental para promover o mérito/sucesso escolar a Comissão de Análise concordou distinguir as três alunas do 12.º ano atendendo ao valor de 19 e frequentarem cursos diferentes e ainda pelo facto de o último critério das normas, *aluna mais nova*, duas das alunas nascerem no mesmo ano civil, critério que considera penalizador, não reconhecendo o trabalho de uma das alunas que pela diferença de apenas alguns meses não recebe o seu prémio Promoção/Reconhecimento do Sucesso Escolar. Disse que deste modo, a equipa de apreciação de documentos propõe os seguintes alunos: -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Ensino Secundário			
Escola	Nome	Ano Escolaridade/Curso	Prémio
ESOHP	Hugo António Correia Lopes	10.º Ano	500€
	Beatriz Alves Pereira	11.º Ano	500€
	Marta Susana Duarte de Figueiredo Lobo	12.º Ano - Humanidades	500€
	Catarina Saraiva Fernandes	12.º Ano Científico/Tecnológicos	500€
	Raquel Alves Correia	12.º Ano - Artes	500€
Ensino Profissional			
Escola	Nome	Curso	Prémio
ESOHP	João Pedro Lopes Mota	Profissional de Restauração/Bar	500€
Ensino Superior			
Escola	Nome	Curso	Prémio
ESTGOH	Diana Filipa Silva Monteiro	Lic. Gestão Integrada em Qualidade, Ambiente e Segurança	750€
Valores Totais dos Prémios			3.750€

-----Sobre o assunto e tendo presente a proposta acima transcrita, interveio o vereador José Carlos Mendes discordando da mesma, nomeadamente no que se refere à atribuição de prémio às três alunas do 12º Ano da Escola Secundária de Oliveira do Hospital, defendendo que, neste caso, se aplique o critério definido nas respetivas normas, ou seja, que o prémio seja atribuído à aluna mais nova, independentemente de reconhecer valor a todas as outras. Salientou que o regulamento é específico no que se refere à existência de empate pelo que o mesmo deve ser cumprido. Mais referiu ser este o seu entendimento, independentemente de estarem em causa três alunas merecedoras de receber o prémio. -----

-----A vereadora Graça Silva esclareceu que a equipa que compõe a Comissão de Análise dos documentos em apreço ponderou esta decisão considerando os 19 valores de cada uma das alunas, nota de excelência e caso inédito até à data, pois se o valor fosse inferior a 19 a Comissão não apresentava tal proposta. -----

-----Interveio o vereador Mário Alves reconhecendo de que, efetivamente, não pode ser feita outra interpretação que não seja aquela que acabou de ser pronunciada pelo vereador José Carlos Mendes, sublinhando que “os critérios foram fixados precisamente para se poder atuar em caso de empate”. Disse reconhecer que no que se refere a esta matéria fica sempre um sentimento de injustiça, mas considera que o executivo deve cumprir o regulamento, documento que, na sua opinião, é muito claro quanto à forma de agir em situações de empate. Entende assim que “aplicados os critérios definidos no respetivo regulamento, o prémio deve ser atribuído à aluna mais nova”. -----

-----A vereadora Graça Silva deu conta que a aluna mais nova é a Catarina Saraiva Fernandes, tecendo breves considerações relativamente a este assunto, tendo o vereador Mário Alves afirmado que “a partir do momento que existe um regulamento específico para atribuição de prémios de mérito escolar, compete ao executivo cumprir o que nele está definido”. -----

-----O Presidente da Câmara corroborou da posição dos senhores vereadores, sublinhando que “a atribuição de prémio às três alunas do 12ºAno só poderia acontecer verificando-se a consensualização de posições entre os senhores vereadores”. Considera no entanto que “não havendo este consenso não vale a pena insistir com essa possibilidade”. -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A vereadora Graça Silva lembrou que “no ano de 2011 dois alunos da Escola Profissional receberam prémio, quando o regulamento, à data, só previa a atribuição de prémio a um aluno”, frisando que “desta forma também não estamos a ser muito coerentes com a decisão”. -----

-----Os vereadores Mário Alves e José Carlos Mendes referiram tratar-se de situações diferentes porque estavam em causa alunos que não frequentavam a mesma escola. -----

-----O Presidente da Câmara ponderou a possibilidade das alunas em causa serem distinguidas de uma outra forma na cerimónia pública do Feriado Municipal (7 de outubro) que não através da atribuição de prémio de mérito, ao que o vereador Mário Alves disse entender que, a ser assim, essa possibilidade deveria ter ficado plasmada no respetivo regulamento. -----

-----O vereador José Carlos Mendes lembrou que “mesmo que haja consensualização por parte dos membros do executivo pode sempre haver um munícipe, que se sinta lesado, e que reclame dentro da sua própria razão”. Entende assim que desta forma não teria sido necessário elaborar um regulamento. -----

-----O Presidente da Câmara propôs à Câmara Municipal que votasse a sua proposta de atribuição de prémios aos alunos acima mencionados, à exceção da atribuição de prémio às duas alunas do 12.º Ano (Raquel Alves Correia e Marta Susana Duarte de Figueiredo), para o que, derivado a estas contingências, propôs a atribuição às referidas alunas de uma menção honrosa. -----

-----Os vereadores Mário Alves e José Carlos Mendes discordaram desta solução por considerarem que as alunas em apreço não podem levar a mal esta decisão uma vez que a Câmara Municipal está a cumprir com o seu regulamento. -----

-----O vereador Mário Alves referiu ainda considerar que o aspeto mais negativo em todo este processo se deve ao facto do Sr. Diretor da Escola Secundária não ter cumprido o que dispõe o regulamento, sublinhando que “perante esta situação, ele apenas deveria ter enviado à Câmara Municipal o nome da aluna mais nova”. Frisou que “era isso que ele devia ter feito e nada daquilo que acabou por fazer, porque aquilo que fez vem induzir em erro, e provocar toda esta discussão”. --

-----O Presidente da Câmara esclareceu que a proposta que acabou de fazer ao executivo nada tem a ver com o regulamento, frisando que a sua intenção é encontrar uma forma das alunas indicadas serem também distinguidas. -----

-----O vereador Paulo Rocha corroborou da posição dos vereadores Mário Alves e José Carlos Mendes, salientando que “criou-se efetivamente um facto a partir do momento em que é comunicado que existiam três alunas nesta situação”. Mais referiu que “independentemente de constar no respetivo regulamento o critério de desempate, neste caso, aplicando o sentido de justiça que se deve ter, penaliza-se, eventualmente, duas alunas com tanto mérito como aquela que vai receber o prémio, por causa de uma diferença de um mês de idade. Contudo é o que consta no regulamento de atribuição de prémios, mas a possibilidade da distinção parece-me pacífica desde que anunciada desta forma e não como prémio de mérito escolar, porque não é a mesma coisa”. Disse igualmente entender que o Diretor da Escola Secundária de Oliveira do Hospital deve ser alertado para que situações deste género não se repitam no futuro. -----

-----Assim e nos termos das Normas para a Atribuição de Prémios no Âmbito da Promoção/ Reconhecimento do Sucesso Escolar, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, mediante votação por escrutínio secreto, deliberou, por todos os membros presentes, atribuir dos seguintes prémios aos melhores alunos das escolas atrás mencionadas: -----

Ensino Secundário		
Nome	Ano de escolaridade	Prémio



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Ensino Secundário		
- Hugo António Correia Lopes	10º Ano	500,00 €
- Beatriz Alves Pereira	11º Ano	500,00 €
- Catarina Saraiva Fernandes	12º Ano	500,00 €
- João Pedro Lopes Mota	Ensino Profissional	500,00 €

Ensino Profissional - EPTOLIVA		
Nome	Curso	Prémio
- Ana Margarida Oliveira Amaral	Técnico de Multimédia	500,00 €

Ensino Superior - ESTGOH		
Nome	Licenciatura	Prémio
- Diana Filipa Silva Monteiro	Gestão Integrada em Qualidade, Ambiente e Segurança	750,00 €

-----Considerando o atrás exposto, o Presidente da Câmara reconhecendo que de facto as duas alunas do 12º Ano (Raquel Alves Correia e Marta Susana Duarte de Figueiredo), que ficaram preteridas, face aos critérios de desempate fixados no regulamento de atribuição de prémios de mérito escolar, têm uma valia muito grande em termos de Mérito Escolar, propôs à Câmara Municipal que também as distinga, não com o prémio de mérito escolar, porque não pode acontecer, mas com uma distinção (menção honrosa) a entregar durante a cerimónia do Feriado Municipal (7 de outubro). -----

-----O vereador Mário Alves disse entender que, face à polémica gerada anteriormente sobre esta matéria, a Câmara Municipal não deveria seguir esse caminho, defendendo a aplicação do respetivo regulamento. -----

-----O vereador José Francisco Rolo esclareceu que “o Sr. Presidente da Câmara está a propor a aplicação do regulamento, como condição de atribuição de prémios, e está, democraticamente, a pôr à consideração deste órgão, a possibilidade de se fazer uma referência, uma menção pública à dimensão do desempenho escolar das restantes alunas”. -----

-----O vereador Mário Alves lembrou tratar-se de uma situação atípica que, na sua opinião, pode, mais uma vez, gerar problemas à Câmara Municipal. -----

-----Colocada à votação, a Câmara Municipal, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara e os votos contra dos vereadores Mário Alves e José Carlos, justificado nas intervenções anteriormente aduzidas, aprovar a presente proposta.-----

-----4.2.4 - PROJETO DE PROTOCOLO ENTRE A FUNDAÇÃO AURÉLIO AMARO DINIZ E O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E AS COLETIVIDADES PROMOTORAS DE DESPORTO FEDERADO DE FORMAÇÃO -----

D.A.G.F./DOC.17

-----Tendo presente a proposta de protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital, a Fundação Aurélio Amaro Diniz e as coletividades promotoras de desporto



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

federado de formação, visando a prestação de serviços aos praticantes de atividades desportivas amadoras, a Câmara Municipal, deliberou, por todos os membros presentes, aprovar em minuta o referido Protocolo, com as alterações propostas, conforme documento que se dá como anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----4.2.5 - PROPOSTA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTIDADES PARCEIRAS E A AUTARQUIA - CAF/REFEIÇÕES -----

D.A.G.F./DOC's 18 a 35

-----Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes, ratificar os Protocolos, que se dão como anexos à ata da respetiva reunião, celebrados no passado dia 3 de setembro de 2012, entre o Município de Oliveira do Hospital e as entidades do concelho, que a seguir se identificam, visando o apoio ao funcionamento da Componente de Apoio à Família, o apoio no Fornecimento de Refeições aos Jardins-de-infância e Escolas do 1º CEB e bem assim o apoio no serviço de transportes das crianças dos Jardins-de-infância e Escolas do 1º CEB:-----

- Agrupamento de Escolas Brás Garcia de Mascarenhas
- Agrupamento de Escolas da Cordinha
- Agrupamento de Escolas de Lagares da Beira
- Agrupamento de Escolas do Vale do Alva
- Associação dos Amigos da Lajeosa
- Centro de Desenvolvimento Sócio Cultural de Penalva de Alva
- Centro de Recreio e Convívio de Alvôco de Várzeas
- Centro Paroquial de Solidariedade Social da Freguesia de Bobadela
- Centro Paroquial de Solidariedade Social de Santa Ovaia
- Centro Social e Paroquial de Seixo da Beira
- Freguesia de Lourosa
- Freguesia de Meruge
- Freguesia de Seixo da Beira
- Fundação Aurélio Amaro Dinis
- Obra de D. Josefina da Fonseca de Proteção à Criança e Formação Doméstica
- Santa Casa da Misericórdia de Galizes
- Sociedade Recreativa Lealdade Sampaense
- Freguesia de Vila Pouca da Beira

-----4.2.6 - PROPOSTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL E O AGRUPAMENTO 880 - SÃO PAIO DE GRAMACOS - CORPO NACIONAL DE ESCUTAS -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

D.A.G.F./DOC.36

-----Tendo presente a proposta de protocolo a celebrar entre o Município de Oliveira do Hospital e o Agrupamento 880 – São Paio de Gramaços – Corpo Nacional de Escutas, visando a cedência de uma sala do espaço do rés-do-chão do palco e casa do escuteiro situados no parque do Mandanelho, em Oliveira do Hospital, a Câmara Municipal, deliberou, por todos os membros presentes, aprovar em minuta o referido Protocolo, com as alterações propostas, conforme documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

4.3 - INTERVENÇÃO DO VEREADOR PAULO ROCHA -----

-----4.3.1 - MAPAS DE FUNDOS DISPONÍVEIS -----

D.A.G.F./DOC'S 3 a 41

-----Pelo vereador Paulo Rocha foram presente os mapas de fundos disponíveis do Município de Oliveira do Hospital respeitantes aos meses de maio, junho, julho e agosto de 2012, dando conta que, por força da alteração / atualização do *software* informático da Contabilidade disponibilizado pela AIRC, foi necessário corrigir aqueles documentos, tendo proposto à Câmara Municipal a sua ratificação.-----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento e deliberou, por todos os membros presentes, ratificar os referidos mapas, conforme documentos que se anexam e que ficam a fazer parte integrante desta ata (**Doc's 37, 38, 39 e 40**). -----

-----Mais foi deliberado, por todos os membros presentes, aprovar o mapa de fundos disponíveis do Município de Oliveira do Hospital referente ao mês de outubro de 2012, conforme documento em anexo e que fica a fazer parte integrante desta ata, uma vez que aquele documento carece de aprovação pela Câmara Municipal, até ao 5º dia útil de cada mês (**DOC.41**). -----

-----4.3.2 – LISTA DE MUNICÍPIOS PMP – 2º TRIMESTRE-----

D.A.G.F./DOC.42

-----O vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal de que já foi publicada na página da DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, a lista de municípios que têm um prazo médio de pagamentos no 2º trimestre de 2012, superior a 90 dias, que se dá como anexa à ata da respetiva reunião, salientando que “já é um conceito diferente daquele que existia no anterior mapa”. Esclareceu ainda que esta situação não se aplica ao Município de Oliveira do Hospital dado que o prazo médio de pagamento é claramente inferior a 90 dias. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

-----4.3.3 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS – ARTº 26º DA LEI Nº 64-B/2011, DE 30 DE DEZEMBRO -----

D.A.G.F./DOC.43

-----Tendo presente a informação dos serviços, que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata, e prestados os necessários esclarecimentos pelo vereador Paulo Rocha, a Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara, deliberou, por maioria, com os votos favoráveis dos vereadores José Francisco Rolo, Graça Silva e Paulo Rocha e do Presidente da Câmara, e a abstenção dos vereadores Mário Alves e José Carlos Mendes, emitir parecer favorável quanto à contratação da prestação de serviços para: “Manutenção de espaços verdes: Rotunda Arminda Lousada, Rotunda do “Cavaleiro”, Rotunda da Praça



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

Comandante Manuel Serra e da rotunda do cruzamento do Hospital, na cidade de Oliveira do Hospital”, mediante processo de ajuste direto à empresa “Beirajardins – Manutenção de Jardins, Lda.”, no valor base de 350,00 € (trezentos e cinquenta euros) por mês, durante doze meses, tendo o vereador Mário Alves justificado a sua abstenção por entender que a prestação de serviços em causa é elevada face ao serviço prestado.-----

-----O vereador José Carlos Mendes declarou igualmente abster-se na aprovação da presente proposta por corroborar da posição do vereador Mário Alves. -----

-----O vereador Paulo Rocha afirmou que o custo de manutenção dos espaços ajardinados destas 4 rotundas foi reduzido pela empresa em relação à sua proposta inicial e que se trata da manutenção, à posteriori, da intervenção de requalificação em curso e não da manutenção do estado atual. -----

-----Por força da celebração do contrato – 12 meses, o que determina que no presente ano apenas será suportado um custo de 1.291,50 € (350,00€x3x1,23) será necessária a ratificação da Assembleia Municipal da autorização da repartição de encargos para 2013 de um custo no montante de 3.874,50 € (350,00 €x9x1,23). -----

4.3.4 – EXPOH/2012 – CUSTOS FINANCEIROS -----

D.A.G.F.

-----O vereador Paulo Rocha deu conhecimento à Câmara Municipal, que o investimento da autarquia na última edição da EXPOH foi de cerca de 51.673,00 € (cinquenta e um mil, seiscentos e setenta e três euros), ao que o vereador Mário Alves disse que aquilo que precisa de saber é quanto é que, globalmente, custou a EXPOH de 2012, considerando os financiamentos. -----

-----A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

5 - OUTROS ASSUNTOS-----

-----Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara Municipal deliberou, por todos os membros presentes e nos termos do artº 19º do Decreto-Lei 442/91, de 15 de novembro, na sua atual redação, incluir na Ordem do Dia os seguintes assuntos: -----

-----5.1 – PROPOSTA DE REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA TERRITORIAL AUTÁRQUICA -----

D.A.G.F.

-----Considerando que:-----

----- o lugar urbano de Oliveira do Hospital foi como tal delimitado no âmbito da criação da BGRI 2011 – Base geográfica de Informação 2011, como cartografia de suporte à operação Censos 2011; -----

----- aquela delimitação foi efetuada em reunião havida em 2009 (anterior mandato autárquico) entre técnicos do Instituto Nacional de Estatística e duas técnicas do Município de Oliveira do Hospital, sem que tivesse havido qualquer intervenção quer da Câmara quer da Assembleia Municipal; -----

----- a população residente do lugar urbano de Oliveira do Hospital (Censos de 2011) eleva-se a 3 908 habitantes, pertencendo à freguesia de Nogueira do Cravo apenas 19 sendo a área total de 313,28 ha, cabendo a esta última freguesia apenas 10,28;-----

----- o Regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor contém uma classificação dos terrenos que ligam Nogueira do Cravo à freguesia de Oliveira do Hospital que não permite construção urbana;-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

----- - tal delimitação tem graves implicações no processo de reorganização administrativa territorial autárquica em curso, designadamente nos resultados decorrentes da aplicação dos parâmetros de agregação fixados na alínea c) do n.º 1 do art.º 6.º da Lei n.º 22/2012, de 30 de maio (Aprova o regime jurídico da reorganização administrativa territorial autárquica); -----

----- a Assembleia Municipal, em sessão realizada em 28 de setembro de 2012 deliberou considerar não situada em lugar urbano do Município a freguesia de Nogueira do Cravo, nos termos do disposto no n.º 3 do art.º 5.º daquela Lei, ainda que, na mesma sessão, tenha optado pela não pronúncia; -----

-----A Câmara Municipal sob proposta do Presidente da Câmara deliberou, por todos os membros presentes, reiterar junto da Unidade Técnica para a Reorganização Administrativa do Território criada pela Resolução da Assembleia da República n.º 80-A/2012, publicada no DR, I Série n.º 117 de 19 de junho de 2012, a posição tomada pela Assembleia Municipal no sentido de considerar não situada no lugar urbano de Oliveira do Hospital a freguesia de Nogueira do Cravo, mantendo-a como freguesia rural e consequentemente sujeita, em conjunto com as restantes freguesias rurais, à aplicação da percentagem de agregação de 25% que lhe seria aplicável se, desde o início do processo, estivesse corretamente classificada, daí resultando um número de cinco freguesias a agregar, reputando assim de inteira justiça tal correção. -----

**-----5.2 - ACÓRDÃO DO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE COIMBRA -
PROCESSO Nº 675/04.1 BECBR – PARECER JURÍDICO-----**

D.A.G.F./Proc. 32/6/DOC.44

-----No seguimento do assunto exposto em reunião camarária de 28 de junho de 2012, decorrente do Acórdão do Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, datado de 30 de abril de 2012, proferido no âmbito do processo nº 675/04.1 BECBR em que são intervenientes, autor – Ministério Público, contra interessado – A.M. Pereira & Pereira, Lda., e réu o Município de Oliveira do Hospital, em que o mesmo declarou nulos os atos impugnados no âmbito do referido processo tendo em conta que os factos dados como provados violam em simultâneo o Regime Jurídico da Reserva Ecológica Nacional e o Regulamento do Plano Diretor Municipal, foi presente pelo Presidente da Câmara o parecer jurídico sobre o mesmo assunto, documento que se anexa e que fica a fazer parte integrante desta ata. -----

-----A pedido do Presidente da Câmara esteve ainda presente o Advogado, João Ramalheite Carvalho, responsável pela emissão do referido parecer, tendo a Câmara Municipal, após os esclarecimentos prestados pelo mesmo, concordado com o seu teor. -----

-----Após análise, a Câmara Municipal mais deliberou, por todos os membros presentes, adotar as conclusões do parecer jurídico, que a seguir se transcreve na íntegra, justificando consequentemente as causas legítimas de inexecução da sentença, a comunicar ao respetivo Tribunal Administrativo: -----

-----“ 1º -----
-----O Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra proferiu sentença, na qual declarou nulos os despachos do Vereador do Pelouro da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital de 28 de julho de 1998 e de 8 de março de 2001. -----

-----2º -----
-----De facto, o artigo 158º do CPTA determina a obrigatoriedade das decisões dos tribunais administrativos e, consequentemente, do dever de cumprimento espontâneo das sentenças pela Administração.-----

-----3º -----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----Ademais, o artigo 173º do CPTA estipula também o dever da Administração de reconstituir a situação que existiria se o ato anulado não tivesse sido praticado, o que, no caso em apreço, corresponde à demolição do armazém em causa nos autos.-----

-----4º-----
-----Não obstante, a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ainda não procedeu à execução da referida sentença por entender existir, no caso em apreço, uma causa legítima de inexecução, nos termos do artigo 163º do CPTA.-----

-----5º-----
-----Na verdade, encontra-se presentemente a ser alterado o PDM do Município de Oliveira do Hospital, cujas alterações afetarão precisamente a situação de ilegalidade da construção em causa.-----

-----6º-----
-----Com a entrada em vigor das alterações ao PDM do Município, as quais decorrem de alterações legislativas em matéria de planeamento urbano, a construção do armazém em causa passará a ser legal, tornando-se assim desnecessária a execução da referida sentença.-----

-----Senão vejamos,-----
-----7º-----
-----Tendo sido declarados nulos os despachos em causa, importa ter em conta o regime jurídico da nulidade.-----

-----8º-----
-----“Este regime jurídico consagra a regra básica de que o ato nulo não produz quaisquer efeitos, independentemente da declaração de nulidade [artigo 134º nº1 do CPA], mas ressalva que esta ausência de efeitos não prejudica a possibilidade de atribuição de certos efeitos jurídicos a situações de facto decorrentes de atos nulos, por força do simples decurso do tempo, de harmonia com os princípios gerais do direito [artigo 134º nº3 do CPA] ”, (cfr. Acórdão do TCA Norte, de 5/6/08, disponível em dgsi.pt).-----

-----9º-----
-----Assim, a lei acaba por dar importância à situação de facto que o ato nulo poderá ter gerado, podendo atribuir-lhe alguma relevância jurídica, por força do simples decurso do tempo e de harmonia com os princípios gerais do direito.-----

-----10º-----
-----Deste modo, impõe-se que se preste a devida atenção à situação de facto gerada pelos actos nulos em causa, nomeadamente a construção do mencionado armazém, e que se pondere a possibilidade de se extirpar esta declaração de nulidade, revertendo-se a situação de facto ilegal numa situação jurídica de legalidade e evitando-se a demolição do armazém.-----

-----11º-----
-----Ora, esta extirpação da declaração de nulidade sai precisamente reforçada com a entrada em vigor das alterações ao PDM do Município de Oliveira do Hospital, pois as mesmas determinarão, repete-se, a reversão da construção em causa para uma situação jurídica de legalidade.-----

-----12º-----
-----Aliás, o caso em apreço era sempre merecedor desta reversão para uma situação jurídica de legalidade, porquanto é claramente desproporcional que a execução da referida sentença passasse necessariamente pela demolição do armazém em causa, em face da consolidação da sua construção no mundo real.-----

-----13º-----



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----A demolição total do edificado deve ser, assim, encarada como a última solução possível, isto é, quando não houver outra forma de proceder ao restabelecimento da legalidade, evitando-se uma aplicação cega da lei (cfr. Acórdão do TCA Norte, de 5/6/08, disponível em dgsi.pt).-----

-----14º-----

-----Assim o impõe o princípio da proporcionalidade “que manda eleger, de entre os meios que se mostrem possíveis, os que lesem menos intensamente os interesses afectados pela declaração de nulidade” (cfr. Acórdão do TCA Norte, de 5/6/08, disponível em dgsi.pt).-----

-----15º-----

-----Nesta conformidade, o Acórdão do TCA Norte, de 5/6/08, disponível em dgsi.pt, manda atender ao fundamento pelo qual os despachos em causa foram declarados nulos, para efeitos de delimitação da possibilidade da sua respetiva sanção.-----

-----16º-----

-----Ora, tendo em conta que o fundamento respeitante à violação do PDM do Município de Oliveira do Hospital deixará de existir com a aprovação do novo PDM do Município, não resta dúvida que é esta uma causa legítima de inexecução e se impõe, por conseguinte, a inexecução da respetiva sentença.-----

-----17º-----

-----Não obstante a efetiva possibilidade de restabelecimento da legalidade no caso vertente, outras razões há a ter em conta para que assim seja.-----

-----18º-----

-----Assim, há que ter em conta os prejuízos decorrentes da demolição do mencionado armazém, nomeadamente as consequências que podem advir para o terreno em causa, as despesas inerentes a uma demolição, as quais afetarão a boa gestão financeira dos recursos públicos e ainda os postos de trabalho que eminentemente se extinguirão.-----

-----19º-----

-----De facto, ficarão postos em causa os postos de trabalho criados pela efectiva construção do armazém em causa e, consequentemente, a estabilidade financeira de muitos munícipes.-----

-----20º-----

-----A Administração deve também preservar os interesses da sua comunidade e, como tal, dar cumprimento aos princípios gerais da confiança, segurança, boa fé, proporcionalidade e paz social.-----

-----21º-----

-----Constituem as razões supra elencadas uma impossibilidade absoluta e um grave prejuízo para o interesse público, causadoras de uma legítima inexecução da sentença proferida, nos termos do artigo 163º, nº 1 do CPTA.-----

-----22º-----

-----E não obsta ao caso vertente o disposto no artigo 163º, nº 3 do CPTA, porquanto não se exige, neste tipo de execução, que as circunstâncias invocadas sejam supervenientes (cfr. artigo 175º, nº 2 do CPTA).-----

-----23º-----

-----Ainda que se possam ter em menor conta as razões correspondentes aos prejuízos de natureza financeira para o Município e as respeitantes à preservação dos postos de trabalho que estão em causa com esta demolição, em virtude da observância dos princípios gerais da confiança, segurança, boa-fé, proporcionalidade e paz social,-----

-----24º-----

-----não se pode olvidar que foi encontrada uma forma concreta de reposição da legalidade que lesa o menos possível os interesses afetados pela declaração de nulidade dos despachos em causa,



MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL

-----25°-----
-----consubstanciada precisamente nas mencionadas alterações ao PDM do Município de Oliveira do Hospital que tornarão a situação de facto em causa numa situação jurídica de legalidade.-----

-----26°-----
-----Como tal, deve a Câmara Municipal de Oliveira do Hospital ser desonerada do cumprimento da execução da referida sentença ou, pelo menos, o mesmo deve ser deferido em virtude das alterações ao PDM do Município que entrarão em vigor.-----

-----Nestes termos, e nos mais de Direito, deve ser dada procedência às causas legítimas de inexecução apresentadas pelo Requerido, nos termos do artigo 163º, nº 1 do CPTA, e, em consequência:-----

-----A) Ser o Requerido desonerado da execução da sentença que declarou nulos os despachos do Vereador do Pelouro da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital de 28 de julho de 1998 e de 8 de março de 2001;-----

-----B) Ou, em alternativa, ser diferida a execução da referida sentença, para cujo diferimento se solicita o estabelecimento de prazo legal.”-----

-----**5.3 - NÚCLEO DE MELHORAMENTOS DE CULTURA E RECREIO DO CAMPO -**
D.S.T./Proc.22/1/DOC.45

-----No seguimento da deliberação camarária de 18 de setembro de 2012, que isentou o Núcleo de Melhoramentos de Cultura e Recreio do Campo do pagamento das taxas inerentes ao licenciamento de obras de edificação correspondente ao Processo – 17/2012/165, no montante de 771,84 € (setecentos e setenta e um euros e oitenta e quatro cêntimos) e verificando-se que aquela coletividade, à data, já havia pago as taxas referentes à emissão de licença e à taxa em função da superfície do imóvel no montante de 382,07 € (trezentos e oitenta e dois euros e sete cêntimos), a Câmara Municipal de acordo com a informação dos serviços nº 39/2012, datada de 3 de outubro, que se dá como anexa à ata da respetiva reunião, deliberou, por todos os membros presentes, devolver o referido montante àquela entidade. - -

----- **APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** -----

-----De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na sua atual redação, a Câmara Municipal deliberou, **por todos os membros presentes**, aprovar a presente ata em minuta.-----

-----A presente ata foi distribuída a todos os presentes e por eles assinada, procedimento que dispensa a respetiva leitura conforme determina o nº 4 do D. L. 45.362, de 21 de novembro de 1963.-----

----- **CONCLUSÃO DA ATA**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Senhor Presidente encerrada a reunião, pelas **treze horas e trinta minutos**, da qual para constar se lavrou a presente ata, que vai ser devidamente assinada pelos Senhores Vereadores que o desejarem e que eu, _____, na qualidade de secretário redigi.-----



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 4 DE
OUTUBRO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

-----Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, 4 de outubro de 2012 -----

Presidente

Vereadores



**REUNIÃO ORDINÁRIA
PÚBLICA DE 4 DE
OUTUBRO DE 2012**

**MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO HOSPITAL
CÂMARA MUNICIPAL**

**Documentos anexados ao final desta ata ao abrigo do
Decreto-Lei 334/82, de 19 de agosto.**